

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, já chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Mauricio Dinepi

Socorro urgente

Acossada ao longo dos últimos anos por sucessivas crises, a área de saúde do Distrito Federal apresenta hoje uma situação caótica, que incorpora desde a obsolescência dos equipamentos, com passagens por sérios gargalos administrativos, até a falta de recursos para atender as solicitações mínimas da população. Trata-se de um diagnóstico em certa medida otimista, consideradas outras anomalias que, já de conhecimento público, na verdade tornam o setor o mais problemático da administração oficial. Para exemplificar, basta pôr em destaque a desativação do Hospital de Base, unidade criada para servir de modelo ao sistema de saúde e cujo abandono transformou-o numa imensa inutilidade e em ameaça à clientela enferma.

Um levantamento mandado proceder pelo governador Joaquim Roriz revelou que, só para o atendimento de obras emergenciais, a Secretaria de Saúde necessita de recursos adicionais da ordem de Cz\$ 25 bilhões. Todavia, tais disponibilidades mingam nos cofres do GDF, já assoberbados por despesas outras de grande porte e, também, indispensáveis à prestação de serviços insuscetíveis de paralisação. Está-se, em consequência, diante de um impasse difícil e de complicada superação.

Carente de receitas tributárias em volumes coerentes com as ações requeridas ao poder público, o Distrito Federal sempre recebeu a ajuda financeira da União a fundo perdido, principalmente nos setores de saúde, segurança pública e educação. A atual Constituição, porém, estendeu as prerrogativas da autonomia federativa ao DF, privilégio que, na verdade, se converte em autêntica punição. Tal ocorre porque, autônomo, deve gerar os seus próprios recursos — de que forma, ninguém sabe —, enquanto a cada dia crescem e se adensam as pressões sobre os serviços públicos de sua responsabilidade.

Ainda bem que o DF abriga a capital da República e, por essa sorte de vinculação indestrutível, não pode ser transformado numa corrupção esmagada pelo caos. A União tem o dever de socorrê-lo da forma mais abrangente possível, na hipótese vertente para não colocar em risco a sobrevivência da população ou, quando nada, torná-la agente de reivindicações turbulentas. A saúde do povo do Distrito Federal exige a abertura de uma exceção nas medidas de austeridade, por meio de uma doação capaz de mantê-la preservada em qualquer circunstância.